

A REFORMA POMBALINA E O ENSINO DO PORTUGUÊS NO BRASIL

16
aula

META

Apresentar a reforma pombalina como resultado do Iluminismo na Europa.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: determinar o processo histórico que desencadeou as reformas educacionais propostas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII; reconhecer e descrever as conseqüências dessas reformas na instrução pública portuguesa e suas reflexões no então Brasil colonial; identificar os principais elementos da crise educacional desse período reformista e mapear as vantagens da proposta oficial e definitiva para o ensino do português nas escolas do reino e do Brasil.



Marquês de Pombal. (Fonte: <http://www.topazio1950.blogs.sapo.pt>).

PRÉ-REQUISITOS

A aula número 15 – A constituição da língua literária entre os séculos XVII e XVIII.

A aula anterior demonstrou, com clareza, que a língua e a literatura cultivada no Brasil, do século XVII, não se afastaram dos padrões portugueses, mesmo que já refletissem alguma influência nativa, isto é, da realidade social brasileira.

INTRODUÇÃO

Iluminismo

(iluminista) – Movimento filosófico também conhecido como Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolveu, de modo particular, na França, na Alemanha e na Inglaterra, no século XVIII, e se caracteriza pela defesa da ciência e da racionalidade crítica contra a fé, a superstição e o dogma religioso. Em sentido mais amplo, o Iluminismo abrange a literatura, as artes e a política, defendendo, radicalmente, as liberdades individuais e os direitos do cidadão e contra, veementemente, o autoritarismo e o abuso do poder.

Na prosa (sermões), o Padre Antônio Vieira se esmerava no cultivo da língua portuguesa obediente ao estilo barroco dominante na época.

No verso, o poeta baiano Gregório de Matos

Guerra, tanto em sua poesia amorosa (lírica) quanto em sua poesia religiosa (sacra), mantém-se fiel ao formalismo dos preceitos conceptistas e cultistas que remetem aos mestres espanhóis: Quevedo e Gôngora, expoentes máximos da estética barroca. Na sátira de Gregório de Matos, por tratar de temas como a corrupção, as anomalias, as injustiças, os desatinos e os crimes que dominam a sociedade baiana da época e provenientes dos dois segmentos sociais mais expressivos e poderosos da colônia, isto é, o segmento religioso (a Igreja) e a nobreza (a Corte), termina por incluir, como observa José Miguel Wisnik:

...a mestiçagem na sua linguagem poética, a incorporá-la, a aceitá-la como material da sua realidade e da sua obra, e a transformá-la, em certos casos, em instrumento de desmascaramento, como fez, ao denunciar as pretensões da nobreza dos ‘fidalgos caramurus.

Apesar de perceber e de criticar todos esses desmandos da Corte e do Clero, e de apelar, muitas vezes, para uma linguagem chula, Gregório de Matos não se afasta, significativamente, do padrão lingüístico em vigor, no espaço intelectual Lisboa-Coimbra.

Esse panorama de domínio do formalismo lingüístico e literário só começa a mudar a partir das primeiras décadas do século XVIII.

Civilização e **Cultura** foram duas palavras de presença norteadora no ideário iluminista do século XVIII. Para os iluministas, civilização é, ao mesmo tempo, uma realidade e um ideal, algo como a variável temporal (isto é, variável com o tempo). Da própria idéia de humanidade, muito evocada nesse período, é que se extrai a noção de progresso, ou melhor dizendo, a idéia de humanidade funciona como um substrato (uma base fundamental) para se cultivar a idéia de progresso.

REFORMA POMBALINA

Nesse contexto, a idéia de civilização assume uma conotação (um sentido, uma significação) dupla: a de qualidade da espécie humana em sociedade e a de tomada de consciência da realidade da existência humana para agir, isto é, para civilizar lugares e seres humanos, em que dominam o atraso, a arbitrariedade e o estado de servidão (escravização) do homem.

Desse modo, no plano dos costumes e da educação, deve-se levar o progresso a todos os povos do mundo conhecido, pois, no movimento iluminista, civilização (ou civilizar) firmou-se, solidamente, como o “conceito que designa o movimento coletivo da realidade humana na sua passagem do estado de natureza (isto é, estado selvagem, primitivo) ao estado de cultura (isto é, de polidez, cortesia, educação e progresso).

Para os filósofos do **Iluminismo**, o caminho do progresso encontra a sua eficiência nas práticas pedagógicas (isto é, no ensino formal, escolar, institucional, amplo e laico, não-religioso). Assim, a pedagogia se impunha como o único caminho para a plena igualdade entre os indivíduos. Só a pedagogia seria capaz de eliminar a divisão entre indivíduos bem-pensantes, bem-formados, bem-educados, enfim, livres, e o povo ignorante, supersticioso, servil, inclinado aos maus costumes e à má educação. Com esse ideário, a pedagogia iluminista envolve a questão da reforma e da difusão das instituições educacionais laicas.

Em Portugal e, por extensão, em todas as suas colônias, o Brasil incluso, desde o século XVI que o panorama mental, no

Civilização

Expressão comumente utilizada para se referir ao estado de cultura social, caracterizado por um relativo progresso no domínio das ciências, das artes, da religião, da política, dos meios de expressão e de circulação das idéias, das técnicas econômicas e científicas e de um certo grau de refinamento dos costumes.

Cultura

Designa, quase sempre, o sistema (conjunto) de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos (produtos), de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade. A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico. A existência da cultura liga-se à satisfação de necessidades especificamente humanas.

campo da educação, do ensino, dominava sob a ação dos padres jesuítas, de cujos colégios saía a “gente culta”, isto é, nobres, filhos de burgueses ou mesmo indivíduos do meio popular em quem os jesuítas descobriam talento, os demais estavam excluídos do mundo escolar.

Durante o reinado de D. João V (1706-1750), as transformações econômicas e sociais, em Portugal, são insignificantes, apesar do clima de progresso que domina o restante da Europa. Mesmo com o afluxo poderoso do ouro brasileiro, a Corte portuguesa se perde no luxo exagerado e nos gastos desnecessários que conduzem o país à falência institucional. Na época, um diplomata português, José da Cunha Brochado, registra a visão que os europeus, nomeadamente os franceses, nutriam de seu país, Portugal:

Em Portugal não há ciência, nem há política, nem há economia, nem há educação, nem há nobreza, e não há corte. As letras estavam desterradas; nos conventos apenas se sabia rezar o ofício divino; ninguém sabia nem era versado em história da Bíblia e livros sagrados. Os padres (grandes filósofos da Igreja) e concílios eram incógnitos. Das histórias humanas, nem a sua sabiam, e ignoravam totalmente a sua mesma origem, as suas conquistas, os seus interesses e as suas máximas. Tudo para eles (para os Portugueses) era indiferente: a paz ou guerra ou a neutralidade, a Casa da Áustria ou a da França. Os meios para estabelecerem um bom comércio não os estudavam; nem estendiam que este era o caminho de ganharem ou se perderem.

Educava-se um pouco de teologia escolástica, cansando-se muito em argumentos sofisticos e delgadezas inúteis e impertinentes. A ciência que mais aprendiam era o direito civil, porque era a menos necessária e a mais nociva; e daqui nascia que se cansavam os juízos e os letrados com estudo escusado e com alegações e discursos cansados, em dano das partes. A nobreza era ativa sem medida e tratavam-se como deuses, falando pouco e recatando-se sempre do comércio, na consideração e temor de caírem nalgum

acto de confiança (=familiaridade) em que fiquem menos divinos. Eram sumamente pobres e não tinham freqüência na corte, nem trato em que aprendessem as artes de um cavalheiro, as quais para eles eram totalmente desconhecidas, como se foram criados em um monte ou aldeia. Não lhes ensinavam as artes liberais, nem havia quem soubesse falar a sua mesma língua por não háver mestres nem governadores dos filhos. Se entre eles há algum que quer falar em matérias de ciência ou políticas, fazem zombaria dele e o tratam como homem estudante, que é o mesmo que um louco insensato. Em suas casas não há aquela magnificência de criados que costuma haver nas casas dos grandes senhores; os criados não têm ocupação certa, nem servem com formalidade ou com grandeza alguma. Sobre economia da cidade (economia pública) não há nenhuma atenção; vivem com aquilo que casualmente têm, sem saberem se podem ter mais, ou viver melhor.

No entanto, esse quadro procura mudar, com a morte de D. João V, o seu sucessor, D. José (1750-1777), nomeia um funcionário recém-chegado da Áustria, onde estava exercendo função diplomática, para promover a modernização do Estado português. Esse funcionário escolhido para ministro do novo governo foi Sebastião José Carvalho e Melo, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ligado aos meios literários e sócio da Academia Portuguesa de História, conhecido posteriormente como o Marquês de Pombal, figura controversa da história portuguesa.

O ministro Marquês de Pombal logo promove uma reforma administrativa, política e



Dom José (Fonte: <http://www.triplov.com>).

institucional que altera a feição da sociedade portuguesa de então. Entre as reformas propostas, a reforma educacional que se instala no reino parte da crítica rigorosa aos métodos de ensino da pedagogia jesuítica. Essa crítica provém de uma outra grande e decisiva personalidade portuguesa, que, anonimamente, emitiu, em cartas sobre o estado da instrução pública lusitana, há quase três séculos sob o domínio da ordem dos jesuítas. O autor dessas cartas foi o iluminista Luiz Antônio Verney, formado em Teologia e Artes, pela Universidade de Évora, aliás, uma universidade jesuítica. Tratava-se de um homem viajado que, na Itália da época, atualizara os seus conhecimentos, posteriormente divulgados na sua obra mais apreciada e conhecida, o “Verdadeiro Método de Estudar”, aqui também protegido, resguardado, sob o pseudônimo de Padre Barbadinho.



Luiz Antônio Verney, gravura, autor desconhecido, fonte: WWW. Alfarrábio.di.uminho.pt/vercial/Verney.htm

No âmbito de suas críticas, o pensamento de Verney, no que concerne à educação e à cultura, responsabiliza os jesuítas pelo atraso em que se encontravam as letras portuguesas (e, por extensão, em todo o império colonial português, incluindo o Brasil), no século XVIII. Eram, pois, os jesuítas os fatores de resistência às luzes (ao iluminismo), filosofia, aliás, que modernizava todo o solo europeu de então.

Assim, as lições de Luiz Antônio Verney, agora protegidas e divulgadas abertamente em Portugal pelo reformador cultural e pedagógico, o ministro Marquês de Pombal, sugeriam, então, os meios mais eficientes para diminuir e até dirimir o atraso cultural de mais de dois séculos em que mergulhou o império português. Nessa perspectiva, a reforma pombalina inspirada nos ideais de Verney defendia: a) a primazia da observa-

ção, da experiência, sobre a especulação abstrata e teocêntrica; b) a secularização da moral (isto é, a laicização, a dessacralização das leis civis, atrelando-as à questão moral, e não à questão religiosa); c) atualização do ensino da medicina, com base no conhecimento direto da anatomia do corpo humano; d) o ensino da língua vernácula como prioritário, em relação ao latim; e) a independência do espírito crítico.

Esse ideário de Verney, praticado pelo Marquês de Pombal, se fez acompanhar de uma frase lapidar: “Isto suposto, julgo (fala Verney) que este deve ser o primeiro estudo da Mocidade, e que a primeira coisa que se lhe deve apresentar é uma gramática da sua língua, curta e clara”. Não tarda esse instrumento, pois, em 1770, surge a “Arte da Grammática da Língua Portuguesa”, de Antônio José dos Reis Lobato, adotada e estudada durante um século, nas escolas portuguesas (1770-1869), inclusive com uma edição feita no Brasil. Foi, pois, a primeira gramática que, de forma continuada e sistemática, serviu para a escolarização oficial do ensino da língua materna – português.

Durante toda a segunda metade do século XVIII até a terceira década do século seguinte (século XIX), dominam as orientações pedagógicas e lingüísticas oriundas das lições iluministas de Verney. As modificações que vão ocorrendo, ao nível da língua literária, concentram-se no léxico (vocabulário), como bem atesta o vocabulário da poesia bucólica brasileira, do **arcadismo** mineiro e os primeiros usos do vocabulário indígena que aparecem nos poemas épicos, primeiramente em o “Uruguai” (1769), de Basílio da Gama (1741-1795), e, posteriormente, em o “Caramuru” (1781), de Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784). Essa presença de elementos lingüísticos nativos, na língua literária do arcadismo brasileiro, limita-se a aspectos da fauna e flora, como uma espécie de legitimação do ambiente, em que se movem as entidades indígenas nas duas obras citadas.

Em outras obras como “Viola e Lereño” (1789), de Caldas Barbosa (1749-1813), também poeta arcádico, surgem termos po-

Arcadismo

(árcade, arcádia) – Denominação que provém do grego (“arkadia”) e se refere, originalmente, a uma região do Peloponeso, considerada, na poesia pastoril, campesina, bucólica da Antiguidade, verdadeiro paraíso, habitado pelos poetas. Daí a designação do período literário que se segue ao barroco e domina a segunda metade do século XVIII, em toda a Europa. A poesia arcádica volta-se para a natureza, para vida simples do campo em contato com o mundo natural, puro, belo e bom. Os poetas usam pseudônimos e se confundem com pastores e dão asas à imaginação, o que o faz revalorizar o mundo da mitologia greco-latina, num clima de verossimilhança e fantasia.

pulares de origem africana como “lundum – lundu”, “quindins”, “dengues”, “chulices”, “angu”, “zabumba” e outros mais. Por outro lado, Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), em suas “Cartas chilenas”, recorre, freqüentemente, a usos lingüísticos da vida rural mineira da época e a gírias como hábito lingüístico dos colonos. Temos, assim, palavras como: “bamboando” (=balançando), “bandalho” (=homem ridículo), “bandulho” (=barriga), “batuque” (=dança), “cachaço” (=pescoço), “cangalhas” (=óculos), “casco” (=crânio), “jarreta” (=homem mal vestido), “massada” (=aborrecimento), “sobaco” (=sovaco). Também nos “Autos da Inconfidência”, afloram vocábulos como “arreganhado” (=zangado), “balela” (=notícia sensacional), “banana” (=fraco), “entupir” (=ficar calado), “história” (=conversa fiada), “tolo” (=doido).

Muitas outras particularidades lingüísticas chegam à frase, em estilo mais direto, e à linguagem do teatro, com predominância de recursos de estilo para efeito cômico de que “Gueras do alecrim e Mangerona” (1737), de Antônio José da Silva, o judeu (1705-1739), é o melhor testemunho. Será com o movi-

mento romântico e a Independência do Brasil que o panorama lingüístico do português do Brasil assume uma posição mais definida e definitiva para a conquista de sua “norma padrão”.



(Fonte: <http://www.tei-c.org/Talks/2004/Wuerzburg/Whither/babel.jpg>).

Na história da língua portuguesa e da língua portuguesa no Brasil, o século XVIII é um marco temporal de singular importância. No contexto europeu, vive-se o século das Luzes que possibilita a modernização do pensamento científico e cultural, na direção do progresso econômico e das reformas políticas e institucionais, com a ascensão da burguesia ao poder.

Portugal experimenta essas transformações comedidamente até que d. José I torna-se o seu monarca, incluindo aí todo o domínio das colônias ultramarinas. Com D. José I, nomeia-se o Marquês de Pombal para implantar, em todo o território luso, a modernização do país, remodelando as estruturas arcaicas, com as reformas pedagógicas e do ensino que passam a assumir caráter laico, destronando, com isso, o monopólio do ensino jesuítico de quase 300 anos existência.

No seio dessas reformas, destaca-se a obrigatoriedade do ensino de língua materna (português), em detrimento do ensino da língua latina. A partir de então, assiste-se, também, a modificações mais pontuais, mas significativas, do português falado no Brasil, como se acham registradas em poetas mineiros de nosso movimento arcádico.

CONCLUSÃO



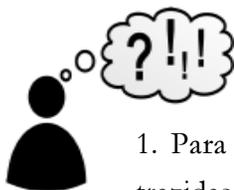
Tomás Antônio Gonzaga (Fonte: <http://www.geocities.com>).



RESUMO

A reforma pombalina da instrução pública portuguesa é fruto do movimento europeu conhecido como Iluminismo. Logo após a coroação de D. José I, rei de Portugal, que sucede a D. João V, o cenário intelectual lusitano passa a ser conduzido por dois expoentes do iluminismo que vão promover reformas radicais em toda a política do Estado. Trata-se, de um lado, do filósofo e pedagogo Luiz Antônio Verney, que elabora a base teórica de sustentação das reformas políticas e culturais, e, de outro lado, o ministro Marquês de Pombal, que vai executar e garantir as reformas sugeridas por Verney e determinadas pelo rei D. José I. Entre elas, realça-se a reforma pedagógica e cultural que destrona o império jesuítico montado sobre o ensino português desde o século XVI.

Entre as vantagens do projeto de reforma da instrução pública portuguesa, conduzido pelo Marquês de Pombal, o ensino obrigatório da língua portuguesa, nas escolas do reino, merece uma menção especial. A língua latina perde, agora, espaço e prestígio escolar em relação à língua materna – português.



ATIVIDADES

1. Para Portugal do século XVIII, quais as vantagens culturais trazidas pelo movimento iluminista europeu? Redija um pequeno texto sobre essa questão.
2. No contexto das reformas sociais assumidas pelo rei D. José I, qual seria a importância do Marquês de Pombal para renovar a pedagogia portuguesa de base jesuítica? Redija um pequeno texto sobre esse tema.
3. Apresente duas características da língua literária portuguesa dominante no período do arcadismo brasileiro – escola mineira. Pesquise nas obras indicadas na bibliografia.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As atividades acima requerem conhecimento sobre a história do período em questão. Trata-se de um período de grandes mudanças sociais e culturais no Brasil e em Portugal, com influências decisivas para a língua portuguesa e seu ensino, tanto em Portugal quanto no Brasil. Consulte obras da bibliografia para complementar as informações da aula em questão.

PRÓXIMA AULA



Mais adiante você conhecerá o movimento sociocultural do séc. XIX no Brasil.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica – Padrão, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1989.

ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, Orlando Morel. **História da língua portuguesa – século XVIII**. São Paulo: Ática, 1988.

PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de época na literatura**. Rio de Janeiro: Linceu, 1969.

SARAIVA, José Hermano. **Histórica concisa de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.